

Kiriku, o Ensino de Geografia e a Lei 10.639 (09/01/2003): contribuições para a superação da desigualdade nas relações étnico-raciais

Gisele Santos Laitano *

“Um currículo antidiscriminatório tem de propiciar a reconstrução da história e da cultura dos grupos e povos silenciados”. (Torres Santomé, 1998)

INTRODUÇÃO

Neste artigo procuro relatar a prática docente desenvolvida junto às turmas C30¹, nos anos de 2006 e 2007, na EMEF Gabriel Obino, em Porto Alegre/RS. Tal prática se alicerçou na Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, bem como na perspectiva de trabalhar as relações local-mundo, tanto no passado quanto no presente. O objetivo foi contribuir para a Educação e superação das desigualdades nas relações étnico-raciais, às quais tem caracterizado e contribuído para a estruturação da sociedade brasileira.

INTERROGAÇÕES SOBRE A PRÁTICA E REVISÃO CONCEITUAL

A prática docente junto aos grupos populares na Rede Pública Municipal de Porto Alegre/Brasil tem me levado constantemente à reflexão/reestruturação da ação pedagógica. Entendo que à Educação se confira criar possibilidades para o sujeito de estar aberto e contribuir para um alargamento de seu campo de compreensão do seu lugar e do mundo, pois “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.... Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” de modo que “o mundo se encontra em toda a parte”². Assim, fui construindo práticas que tivessem como centro o educando, ou seja, uma prática que leva em conta o local. Local esse que passa a ser pensado, como lugar, perpassado de vida, e então de corpos, pois segundo Santos “a globalização faz também redescobrir a corporeidade”³.

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, ao instituir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino no Brasil, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras, dá formalidade institucional a práticas que já apontavam o objetivo citado acima, o que muda é o reconhecimento por parte do Estado de que a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” não é periférica, mas deve perpassar todo o currículo escolar; portanto, o reconhecimento passa a ser entendido como reconhecimento de culturas não hegemônicas.

Entendendo que a Geografia tem o que contribuir com a educação para a superação da desigualdade nas relações étnico-raciais, passei a desenvolver a elaboração de práticas pedagógicas que possibilitassem e tivessem como fundo o vir à tona das vozes ausentes no currículo, e que essas vozes se expressassem no espaço da sala de aula, (espaço este que palco de disputas, tragédias e também das vozes ausentes). E segundo Santomé⁴:

“As culturas ou as vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados, que não dispõem de estruturas importantes de poder, costumam ser silenciadas, ou mesmo estereotipadas e deformadas para anular suas possibilidades de reação”.

* Professora de Geografia na Universidade de Caxias do Sul e na Rede Pública Municipal de Porto Alegre.

¹ Correspondente à 8ª série do ensino fundamental.

² SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção, p. 252.

³ Ibid, p. 251.

⁴ SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinariedade: o currículo integrado, p. 131.

As vozes ausentes tomam corpo, se delineiam e tem a materialidade do/no corpo. Assim, parti para a organização dos conteúdos, tendo como pressupostos:

- a construção de visões positivas e construtivas da África Pré-Colonial, na possibilidade de que a maioria dos alunos e alunas, neste momento identificados por mim como afro-descendentes⁵, estabelecessem relações de pertencimento étnico-racial e que ao final do trabalho passassem a auto-identificação, contribuindo assim na construção de auto-estimas positivas;
- pesquisa de valores e atitudes das comunidades africanas no período pré-colonial e estabelecimento de relações com os valores e atitudes presentes ou não entre a população brasileira, bem como esses valores e atitudes dos grupos colaboram na construção do espaço geográfico;
- trabalhar o processo geo-histórico da África Pré-Colonial à atualidade, enfatizando a diversidade sócio-cultural do continente e suas espacialidades, bem como aspectos ambientais e a apropriação dos recursos naturais.

DESCRIÇÃO DA PRÁTICA

O filme “Kiriku e a Feiticeira Kabala” é um rico desenho animado sobre uma lenda da África Pré-Colonial. Kiriku é o herói, pequeno, até mesmo minúsculo, como a trilha sonora canta, mas que tem seu valor: perseverante, honesto e solidário, não poupa esforços para ajudar sua comunidade; ao mesmo tempo que não poupa indagações para compreender o mundo dos adultos, e descobrir que a maldade da feiticeira, bem como todas as outras maldades, advém da dor. Os personagens são negros, simplesmente, e impactam e impactaram aos alunos, por serem negros realizando atividades cotidianas num modo de vida anterior à colonização europeia: moem cereais, amolam a faca, amamentam e acariciam seus filhos, conversam, fofocam, cantam e dançam quando alegres, brigam e disputam poder. A natureza: florestas, lugares ressecados e a captura da água da aldeia pelo personagem Kabala, a feiticeira.

A partir da audiência do filme, pude trabalhar o espaço geográfico de um período histórico (a África Pré-Colonial), bem como estabelecer relações com a atualidade do Continente Africano. Enfatizamos muito os valores que orientavam as práticas sócio-espaciais e as relações interpessoais e das pessoas com a natureza, e, portanto, a construção do espaço geográfico dos personagens e acabamos descobrindo na sala de aula, o quanto aquela África estava dentro de nós, de forma diferente em cada um, no nosso cotidiano, e o quanto dela estava se transformando (ou perdendo?) frente aos processos de mudança cultural empreendidos pela globalização, independente de nossas filiações e/ou de nossa genética.

CONCLUSÕES

A prática descrita não pretendeu esgotar as possibilidades e/ou traçar um único caminho para o trabalho em sala de aula a partir das relações entre a pluralidade da produção geográfica atual e a Lei 10.639. Traçamos um caminho onde podemos perceber: maior envolvimento dos alunos com as atividades e conteúdos geográficos, expressão e

⁵ Essa distinção é fundamental, pois orientou a seleção de conceitos e conteúdos, bem como a metodologia de trabalho; embora o Movimento Negro trate a questão no sentido de que é afro-descendente aquele que se assim se considere.

demonstração oral de filiações/pertencimentos étnico-raciais não discriminatórios entre o grupo de alunos, expressão de auto-estima positiva frente aos caracteres da negritude, com abandono do estigma/deboche ou discussão sobre o mesmo; cotidiano na sala de aula mais alegre, menos violento e estabelecimento de relações mais afetivas entre o grupo (professor/aluno, aluno/aluno).

Enfim, concluir em Educação é sempre arriscado (ou impossível!), que outros caminhos, percursos, idéias, vivências, aprendizagens os grupos de estudantes terão é uma indagação sobre o futuro; porém procurei em conjunto e pelo caminho dado pelos alunos, contribuir para a superação das desigualdades nas relações étnico-raciais, no caminho da “escola antimarginalização”.

BIBLIOGRAFIA

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF, junho, 2005.

Kirikou et la Sorcière. França, Bélgica, Luxemburgo (1998). 1 videocassete (74 min) VHS, son., dubl., color.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinariedade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hicitec, 1999.